



Poder Judiciário  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região  
Vara do Trabalho de Porecatu  
Avenida Parapanema, 252, Porecatu-PR  
☎ (43) 3623-8650 ☎ [vdt01pru@trt9.jus.br](mailto:vdt01pru@trt9.jus.br)

---

## EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2026

O DR. **KASSIUS STOCO**, MM. Juiz da Vara do Trabalho de Porecatu - Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, FAZ SABER que o **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **25 de FEVEREIRO de 2026, a partir das 10h00min**, podendo os bens serem vendidos somente pelo valor da avaliação e o **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **25 de FEVEREIRO de 2026, a partir das 14h00min**, não podendo os bens serem vendidos pelo preço vil (Artigo 891 do CPC), que se realizará de forma ONLINE, junto ao site: [www.jeleiloes.com.br](http://www.jeleiloes.com.br). **OBSERVAÇÃO:** Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. **LOCAL:** Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: [www.jeleiloes.com.br](http://www.jeleiloes.com.br), com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site [www.jeleiloes.com.br](http://www.jeleiloes.com.br), não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, pelo Leiloeiro Oficial, JORGE VITORIO ESPOLADOR, inscrito na JUCEPAR sob o número 13.246-L com escritório na Rua José Leite de Carvalho, nº 74 – Jardim Higienópolis, Londrina – Pr – Cep: 86.015-290, Fone: (43) 3025-2288, e-mail [jorgeespolador@hotmail.com](mailto:jorgeespolador@hotmail.com) e sítio [www.jeleiloes.com.br](http://www.jeleiloes.com.br), serão levados à LEILÃO, **SOMENTE na modalidade online**, os bens penhorados nos processos a seguir relacionados:

### RELAÇÃO DE BENS

**03) PROCESSO:** 0002045-17.2010.5.09.0562 – Rito Ordinário  
**EXEQUENTE:** VALDINEI ALVES DE SOUZA (CNPF/MF SOB Nº 036.545.689-63)  
**ADV. EXEQUENTE:** RENATO TOME JESUS - OAB/PR 30.907  
**EXECUTADO 01:** JOSÉ LUIZ DEL MENICO (CNPF/MF SOB Nº 826.969.508-49)  
**EXECUTADO 02:** CELSO ROBERTO DEL MENICO (CNPF/MF SOB Nº 158.291.868-61)  
**EXECUTADO 03:** CLEUZA CONCEICAO DELMENICO (CNPF/MF SOB Nº 158.291.478-82)  
**EXECUTADO 04:** CLELIA MARISA ZAMBONI DEL MENICO (CNPF/MF SOB Nº 158.291.478-82)  
**EXECUTADO 05:** NATALINA APARECIDA MALVASSORA (CNPF/MF SOB Nº 131.052.778-46)  
**EXECUTADO 06:** J.L.DEL MENICO (CNPJ/MF SOB Nº 66.795.543/0001-50)  
**EXECUTADO 07:** RABEAGUI TRANSPORTES E SERVICOS LTDA (CNPJ/MF SOB Nº 07.372.798/0001-41)  
**EXECUTADO 08:** B.J.8 - TRANSPORTES E SERVICOS AGRICOLAS LTDA (CNPJ/MF SOB Nº 08.189.751/0001-00)  
**BEM:** "Um terreno sem benfeiteiros, localizado nesta cidade e Comarca de Dois Córregos, na vila do Guarapuã, entre as avenidas Major Joaquim César e Marcelo Arletti e Luiz Santorsula, com frente para a avenida Major Joaquim César, lado ímpar, esquina com a rua



Poder Judiciário  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região  
Vara do Trabalho de Porecatu  
☎ (43) 3623-8650 ☐ [vdt01pru@trt9.jus.br](mailto:vdt01pru@trt9.jus.br)

Edital de Hasta Pública nº 1/2026

Luiz Santorsula, com área de 2.223,42 m<sup>2</sup>, com as medidas e confrontações descritas na matrícula de **nº 8.374**, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Dos Córregos-SP".

**AVALIAÇÃO:** R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais), conforme auto de penhora e avaliação ID 587560c, realizada em 11 de julho de 2022.

**DATA DA PENHORA:** 11 de julho de 2022.

**ÔNUS:** R04/8.374 – Penhora referente aos autos nº 0002545-24.2009.8.26.0165, credor Oswaldo Antonio Rother, junto a Vara Cível de Dois Córregos; R05/8.374 – Penhora referente aos autos nº 0000205-97.2015.8.26.0165, credor Roberto Aparecido Rodrigues, junto a Vara Cível de Dois Córregos; Av06/8.374 – Indisponibilidade de bens, referente aos autos nº 00001438-98.2010.5.15.0024, junto a 1ª Vara do Trabalho de Jaú; R07/8.374 – Penhora referente aos autos nº 0010340-24.2022.5.15.0055, credor Valdinei Alves de Souza, junto a 2ª Vara do Trabalho de Jaú; R08/8.374 – Penhora referente aos autos nº 0001438-98.2010.5.15.0024, credor Ritson Lopes de Oliveira, junto a 1ª Vara do Trabalho de Jaú; Av09/8.374 – Indisponibilidade de bens, referente aos autos nº 0048400-56.2008.5.09.0562, junto a Vara do Trabalho de Porecatu, conforme matrícula. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária após a expedição do respectivo Edital.

**DEPOSITÁRIO:** JOSE LUIZ DEL MENICO

**ENDEREÇO:** Rua Jorge Vaso, 1.426, Distrito De Guarapuã, Dois Córregos/Sp.

**OBSERVAÇÃO:** Em caso de copropriedade, a verificação do preço vil se dará somente sobre a cota parte do devedor, pois o coproprietário ou cônjuge alheio, tem direito ao recebimento da integralidade da parte que lhe couber, conforme artigo 843, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.

Os interessados em participar da alienação judicial deverão se cadastrar previamente com o encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: [www.jeleiloes.com.br](http://www.jeleiloes.com.br), com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, responsabilizando-se, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site [www.jeleiloes.com.br](http://www.jeleiloes.com.br), a partir da publicação do edital de leilão, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances pelo Leiloeiro Oficial.

Os honorários do Leiloeiro, que serão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, e despesas respectivas serão suportadas pelo arrematante; em caso de adjudicação, a comissão será de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a ser paga pela(o) exequente.

Havendo pagamento da execução ou formalização de acordo, caberá à parte executada o pagamento de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a título de resarcimento das despesas do leiloeiro e comissão, salvo se protocolada a petição, acompanhada dos comprovantes de pagamento das custas, imposto de renda, contribuição previdenciária e demais despesas processuais até o dia útil que imediatamente antecede ao do leilão. Não serão apreciados pedidos de remição desacompanhados dos comprovantes de depósito; nos processos levados a leilão unicamente para a satisfação das custas, contribuição previdenciária, imposto de renda e demais despesas processuais, havendo o pagamento, a(o) executada(o) arcará com a comissão do leiloeiro no importe de 2% (dois por cento) da quantia efetivamente paga, salvo se o pagamento se verificar até o dia útil que imediatamente antecede ao do leilão.



Poder Judiciário  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região  
Vara do Trabalho de Porecatu  
☎ (43) 3623-8650 ☐ [vdt01pru@trt9.jus.br](mailto:vdt01pru@trt9.jus.br)

Edital de Hasta Pública nº 1/2026

Em casos de pagamento do débito ou formalização de acordo, o leilão somente será suspenso mediante comprovação do pagamento de TODAS as despesas processuais, das contribuições previdenciárias e fiscais, se houver. Em assim não ocorrendo, haverá o leilão para a satisfação das mesmas.

Nas hipóteses de arrematação ou adjudicação, as despesas necessárias para a efetivação da transferência dos bens, inclusive para o registro da carta de arrematação junto ao CRI, deverão ser suportadas pelo arrematante ou adjudicante.

Se o resultado da hasta pública for negativo, fica desde já autorizado o leiloeiro nomeado a proceder diretamente a alienação dos respectivos bens, conforme autoriza o artigo 888, § 3º, CLT, no prazo de **30 (trinta)** dias, a qual deverá ser formalizada mediante termo de alienação expedido pelo leiloeiro, com a assinatura do adquirente, a ser anexado aos autos, condicionada a formalização da venda à homologação do Juízo da execução.

Se o resultado da hasta pública for negativo, fica desde já autorizado o leiloeiro nomeado a proceder diretamente a alienação dos respectivos bens, conforme autoriza o artigo 888, § 3º, CLT, no prazo de 30 (trinta) dias, a qual deverá ser formalizada mediante termo de alienação expedido pelo leiloeiro, com a assinatura do adquirente, a ser anexado aos autos, condicionada a formalização da venda à homologação do Juízo da execução.

Consigne-se que poderá haver arrematação em pagamento parcelado, mediante proposta do interessado ao Juiz, observando o imediato depósito do sinal de, no mínimo 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, devendo a proposta indicar o prazo, a modalidade e o indexador de correção monetária (art. 895, §1º e §2º, do CPC). O pagamento do saldo remanescente será feito mediante guias de depósito disponível no sítio do TRT9 ([www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)).

O prazo para interposição de eventuais medidas processuais contra os atos expropriatórios começará a fluir no primeiro dia útil subsequente ao do leilão, inclusive.

Considerando-se que a participação em leilões públicos exige responsabilidade, ficam os licitantes advertidos que as condutas imprudentes ensejarão a aplicação da penalidade prevista no art. 903, § 6º, do CPC, já que a imprudência pode prejudicar o ato judicial, impedindo que outros adquiram o bem, frustrando o recebimento de valores, além de implicar na realização de novo leilão e novas despesas.

Em sendo negativa a intimação pessoal dirigida a quaisquer das partes, o edital a ser publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT, instituído nos termos do art. 4º da Lei n.º 11.419/2006, suprirá o ato negativo.

Eu, \_\_\_\_\_ Gustavo Carreira Lovato, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi o presente edital, observando-se o prazo previsto no art. 888, *caput*, da CLT.

Porecatu - PR, 15 DE JANEIRO DE 2026.



Poder Judiciário  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região  
Vara do Trabalho de Porecatu  
☎ (43) 3623-8650 ☐ [vdt01pru@trt9.jus.br](mailto:vdt01pru@trt9.jus.br)

Edital de Hasta Pública nº 1/2026

---

**KASSIUS STOCCO**  
**Juiz da Vara do Trabalho de Porecatu**